

24 ANOS muito foi feito, outros feitos virão!

No dia 2 de setembro, o Sindsep-DF comemorou 24 anos de existência. A festa no Minas Brasília Tênis Clube reuniu mais de cinco mil servidores filiados com seus familiares e amigos, que se divertiram ao som dos sucessos de Geraldo Azevedo e das bandas Fuzuê Candango e Casa Nova. O evento, que teve como tema as conquistas da categoria ao longo desses 24 anos e os desafios de agora, foi aberto pelo secretário de Cultura, Pedro Alcântara.

Fundado em 28/08/87, o sindicato agrega todos os trabalhadores do serviço público federal no DF, numa concepção de sindicato geral. Com a filiação à Condsef e à CUT, o Sindsep-DF insere a categoria na luta de todos os trabalhadores do campo e da cidade, dos setores público e privado.

Ciente do poder de um sindicato geral, os sucessivos governos nunca deixaram de atacá-lo, fragmentando a categoria para impor retrocessos como a contrarreforma da previdência, a quebra da paridade ativos/aposentados/pensionistas, as pseudos avaliações de desempenho e a política de individualização dos contratos de trabalho.

Para repelir novos ataques aos direitos dos servidores, reconquistar o que foi retirado e alcançar o atendimento de novas reivindicações, o Sindsep-DF trabalha incessantemente pela unidade da categoria, por meio das Seções Sindicais, presentes atualmente em 42 locais de trabalho.

Foi essa unidade que arrancou conquistas históricas e muito importantes para o funcionalismo, como o direito a organização sindical; o Regime Jurídico Único (RJU); estabilidade no emprego; liberação do FGTS; ganho das ações dos 28,86% e 3,17%; ampliação da licença maternidade; ganho de ação que garante a equiparação de gratificações de desempenho entre ativos/aposentados/pensionistas e, mais recentemente, a incorporação da Gratificação de Atividade Executiva (GAE) ao Vencimento Básico e



o reajuste do auxílio-alimentação para R\$ 304,00.

Nessa lista, duas conquistas merecem destaque: a reabertura de concursos públicos (após oito anos de suspensão pelo governo FHC) e a anistia dos demitidos do Governo Collor (Lei 8.878/94). A primeira é fruto da luta dos sindicatos gerais filiados à Condsef por um serviço público de qualidade, que atenda aos anseios da população. Já a anistia é resultado de um trabalho pioneiro do Sindsep-DF e que se expandiu para os demais sindicatos brasileiros, levando ao retorno de centenas de servidores em todo o país.

Ao mesmo tempo em que comemora as conquistas, o Sindsep-DF mantém a luta pela extensão da Lei 12.277/10 para todos (conforme decisão da assembleia de 2/09, que aprovou a manutenção do Acampamento dos Excluídos no Espaço do Servidor) e também por data-base para todo 1º de maio; paridade entre ativos/aposentados/

pensionistas, contra a criação do fundo de pensão; valorização do serviço público, plano de carreira para todos e contratação dos concursados; isonomia do auxílio-alimentação com o Judiciário e o Legislativo; menor participação no custo do plano de saúde; aumento do valor das diárias pagas atualmente; aumento do auxílio-creche; contra os PLPs 92/07 (fundação público-privada), 248/98 (demissão por suposta insuficiência de desempenho) e 549/09 (congela o salário dos servidores por dez anos); ascensão funcional e retorno dos PDVistas.

Para discutir a organização do sindicato e planejar a luta para enfrentar o governo – que insiste em aplicar uma política contrária aos trabalhadores –, o Sindsep-DF realiza ainda este ano o seu 15º Congresso. Fique atento às datas das assembleias para a eleição de delegados. Organize o seu local de trabalho e participe da construção da luta pelo atendimento das reivindicações!

SRH assina Termo de Compromisso

Após mobilização, os servidores da Imprensa Nacional conseguiram arrancar do Ministério do Planejamento a assinatura de um Termo de Compromisso, no qual o secretário de Recursos Humanos, Duvanier Paiva, se comprometeu a abrir uma agenda de negociação das reivindicações do setor, como a implantação do plano de carreira, entre outras.

O Sindsep-DF parabeniza todos servidores que participaram da mobilização e, em especial, os que ocupam cargos comissionados e que colocaram suas funções à dis-

posição da direção do órgão. O sindicato entende que só há vitória com luta, por isto, apóia a decisão dos servidores de cobrar ações efetivas do diretor-geral da IN e da ministra da Casa Civil/PR para forçar o governo a atender as reivindicações da categoria.

Vale lembrar que o Sindsep-DF considerou insuficiente os reajuste concedido recentemente pelo governo e promete manter a luta pela extensão integral dos benefícios da Lei 12.277/10 para todos os servidores.

Funai

Sindsep-DF reúne com relator do projeto que revoga Decreto 7.056/09

No dia 6/09, o secretário-geral do Sindsep-DF, Oton Pereira Neves, e a diretora Thereza de Alencar (servidora da Funai) se reuniram com o deputado Edson Santos (PT/RJ), relator do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.393/10, que revoga o Decreto 7.056/09 (extinguiu 44 Administrações Regionais e 337 Postos Indígenas em vários estados do país). Representantes dos índios da etnia Pankararu também participaram da reunião.

À direção do sindicato, o deputado informou que

solicitou à Funai esclarecimentos técnicos sobre a questão, mas não declarou o conteúdo do documento. Segundo relato do índio Lafaete José da Silva, presidente da União da Juventude Pankararu (UJP), os índios também são a favor da revogação do decreto, pois têm enfrentado diversos problemas com a extinção das administrações regionais e dos postos indígenas. É o caso da Administração Regional de Pernambuco, fechada pelo decreto após cem anos de exis-

tência, teve o atendimento transferido para a Bahia e Alagoas. Sendo que, Pernambuco abriga a 3ª maior população indígena do país, com mais de 50 mil índios. Outro exemplo é a regional de Goiânia, que após ser fechada, teve os servidores transferidos para a Advocacia-Geral da União (AGU).

Após ouvir os relatos, Edson Santos afirmou que irá convocar uma nova audiência pública na Câmara dos Deputados para discutir o assunto, antes de finalizar o seu relatório.



■ 6/09: reunião da direção do Sindsep-DF e representantes dos índios Pankararu com o deputado federal Edson Santos

MAPA

Seção Sindical faz ato de protesto

No dia 8/09, a Seção Sindical do Sindsep-DF no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) realizou um ato de protesto em frente à sede do ministério denunciando ocorrências de perseguição e opressão no órgão. Entre eles, está o caso de um servidor com mais de vinte anos de lotação no Serviço Médico que foi devolvido à Coordenação-Geral de Administração de Pessoas (CGAP), sob a alegação de não se adequar aos diversos critérios estabelecidos pelos trabalhadores da limpeza

foram substituídos sem justificativa plausível. E o Serviço de Saúde quer tornar os sanitários do local de uso privativo dos servidores da área, em um flagrante desrespeito aos demais usuários do atendimento médico.

Como resultado do ato, o coordenador-geral da CGAP, Nelson Suassuna da Moita, encaminhou ao Sindsep-DF Ofício nº 985, dia 9/09, solicitando o agendamento de uma reunião para tratar das denúncias. O secretário-geral Oton Pereira Neves marcou a reunião para as 14h desta terça-feira, dia 13/09.

MEC

Agenda de negociações é aberta

Graças à mobilização dos servidores do Ministério da Educação (MEC), o secretário de RH/MPlanejamento, Duvanier Paiva, em reunião com a Condsef dia 2/09, se comprometeu a abrir uma agenda de negociação das demandas dos servidores do MEC ainda no mês de setembro.

O término das discussões está previsto para março de 2012.

Para discutir a questão, a Seção Sindical do Sindsep-DF no órgão convoca assembleia para a quinta-feira (15/09), às 9h30, no auditório do edifício Anexo. A pauta inclui ainda a situação do restaurante do MEC.

MCidades

Assembleia no dia 19

A Seção Sindical do Sindsep-DF no Ministério das Cidades realiza assembleia na segunda-feira, dia 19/09, para avaliar as negociações com o governo para a extensão da Lei 12.277/2011; levantar as demandas específicas do setor e informes da coordenação da Seção, entre outros assuntos. A assembleia será às 13h, no Auditório Térreo do Ed. Telemundi I.

Expediente

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP-DF - Fone: 3212-1900.

Conselho Editorial: Secretaria de Comunicação: Carlos Henrique (coordenador), Moisés Alves da Consolação e Reginaldo Dias da Silva (adjuntos) e Secretaria Geral: Oton Pereira Neves (coordenador), Reinaldo Magalhães Redorat e Elizabete Gomes de Andrade - Bete (adjunto) – Jornalista Responsável: Giselle do Valle (DF2361JP) – Diagramação: André Filho – Fotos: Jane Franco – Tiragem: 20.000 – Impressão: Intergraf – Contribua com a elaboração do “Esplanada Geral”. Envie as notícias do seu local de trabalho para imprensa@sindsep-df.com.br

Greve positiva

A greve nacional dos servidores do Ministério da Cultura e órgãos vinculados (Funarte, IPHAN, Biblioteca Nacional, Fundação Palmares e IBRAM) foi deflagrada em 22/08, por deliberação do Encontro Nacional dos Servidores da Cultura, realizado em 19/08. Os primeiros estados a aderirem à paralisação foram Minas Gerais e Rio de Janeiro. Depois, Brasília, Pernambuco e Santa Catarina também pararam. Atualmente, com exceção de Brasília, todos os demais estados permanecem em greve.

Brasília faz negociações avançarem

Iniciada em 29/08, conforme determinação de assembleia do dia 25/08, a greve dos servidores da Cultura em Brasília conseguiu colocar em pauta a reestruturação do plano de carreira do órgão. Já no primeiro dia de greve, os servidores foram recebidos pela ministra da Cultura, Ana de Hollanda. Como resultado, no mesmo dia o ministério encaminhou ao Planejamento Ofício nº 297 reconhecendo que o governo tem um débito com a categoria pelo não cumprimento de vários itens do acordo de 2007, entre eles a valorização do plano de carreira, com a racionalização de cargos e a instituição de adicionais de Titulação e de Incentivo à Qualificação.

Por isso, após avaliar os avanços nas negociações, que culminaram com a assinatura pela SRH/MPlanejamento do Protocolo nº 1 (31/08), os servidores decidiram em assembleia dia 2/09 suspender a greve, a partir do dia 5/09.

Indicativo de suspensão da greve

Em reunião dia 9/09, o Comando Nacional de Greve da Cultura aprovou indica-

tivo de suspensão da greve a partir do dia 13/09, com a realização de atividades semanais de mobilização unificadas nos estados. A proposta deve ser submetida a assembleias estaduais.

Sindsep-DF discute corte do ponto

Em reunião dia 9/09, o Sindsep-DF e a ASMinC questionaram a direção do Ministério da Cultura (MinC) quanto a decisão de cortar o ponto dos servidores grevistas, conforme Memorando Circular nº 77, de 5/09.

Os representantes das entidades afirmaram que a decisão é equivocada, especialmente após a deliberação dos servidores do MinC, em Brasília, de suspender a greve. Para o Sindsep-DF, o corte do ponto só contribui para acirrar os ânimos, mesmo daqueles servidores que continuam em greve nos estados.

O ministério informou que está obedecendo a uma determinação do Planejamento e que espera fazer um acordo com a categoria antes do dia 18/09, prazo limite para incluir os dias de greve na folha de pagamento. A direção do órgão também se comprometeu a consultar a assessoria jurídica para saber se existe amparo legal para não efetuar o corte.

O sindicato lembrou à direção do MinC que a mesma assembleia que aprovou a suspensão da greve em Brasília também deliberou pelo seu retorno a partir de 3 de outubro, caso não haja avanço nas negociações com o governo.

Campanha Salarial 2011/2012

Unificar a Luta é Preciso

O Sindsep-DF e as demais entidades sindicais do Banco Central, atendendo uma reivindicação histórica do funcionalismo que é lutar por um piso de 63,27% e um teto de 90,25% para analista e 60,16% e 42,17% para técnico, do teto constitucional (R\$ 26.723,13), apresentaram ao governo em 02/08 essa legítima demanda para implementação em janeiro de 2012.

Após algumas reuniões, o secretário de Recursos Humanos do Planejamento, Duvanier Paiva, foi taxativo ao dizer que o governo não cogita conceder qualquer reajuste ou reposição inflacionária aos servidores do Bacen. O secretário alega que no governo anterior os servidores do Bacen já foram contemplados com ganhos salariais superiores a outras categorias e que, em função da crise, não existem condições políticas nem econômicas para atender a reivindicação do setor, pelo menos até dezembro de 2012. Para piorar ainda mais, o governo, mais uma vez, não honrou o compromisso assumido com as entidades de encaminhar ao Congresso Nacional instrumento legal para modernizar a carreira.

As ações e reações dos servidores não deverão ser pautadas pelos argumentos do governo, primeiro porque os ganhos obtidos no governo anterior foram frutos da

construção da unidade do funcionalismo que culminou com grandes mobilizações e greves, e segundo porque a existência de crises não é de responsabilidade dos servidores e sim dos próprios governos que desviam recursos públicos para salvar banqueiros, em detrimento dos servidores e dos serviços públicos.

A reserva de R\$ 10 bilhões a mais para fazer superávit primário, a desoneração na folha de pagamento dos patrões em R\$ 25 bilhões e os gastos que estão previstos para a copa de 2014, estimados em mais de R\$ 30 bilhões, são as verdadeiras justificativas para a não concessão de reajuste salarial. Mais um dado para a reflexão dos servidores: das receitas prevista no orçamento de 2012, nada menos de 48% estão "carimbadas" para pagamento de juros e amortizações da dívida. Apenas 9,59% serão destinados aos servidores públicos.

Diante dessa realidade e independente de suas posições políticas, ideológicas e filosóficas, o fato é que os nossos salários estão sendo corroídos pela inflação, o que significa perda do poder aquisitivo. Portanto, unificar o funcionalismo para lutar pelo que é comum, deve ser o objetivo das entidades sindicais. Mesmo porque foi apresentada uma tabela ao governo, a qual esta sendo defendida na mesa de negociação por todas as entidades.

DNPM, DNIT e HFA

Ato conjunto pela progressão e promoção funcional

Os servidores do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), em conjunto com os empregados públicos do Hospital das Forças Armadas (HFA) realizam ato na quarta-feira (14/09), às 14h, em frente ao Ministério do Planejamento (bloco K), para cobrar do governo o decreto de Progressão e Promoção Funcional. Os setores aguardam a publicação do decreto há dois anos, quando firmaram acordo com o governo.



■ 2/09: assembleia dos servidores do MinC e órgãos vinculados que suspendeu a greve em Brasília

Condsef entra com ações contra práticas antissindiciais

A Condsef entrou com duas ações contra atos da direção da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), das quais o Sindsep-DF é signatário. Na Justiça do Trabalho, a ação é pelo reconhecimento por parte da Conab de que a Condsef e seus sindicatos filiados representam os traba-

lhadores da Companhia. A primeira audiência no Tribunal para tratar da questão está marcada para o dia 28/09.

A outra ação requer a manutenção do atual Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2009/2011 e a sua prorrogação até que um novo acordo seja assinado, visto que a direção da

Companhia tem se negado a negociar com os representantes dos trabalhadores. O objetivo é garantir data-base e manutenção dos benefícios conquistados no ACT 2009/2011, vencido no dia 31/08. A ação também pode servir de base para o dissídio coletivo da categoria, caso seja necessário.

Demitidos do Governo Collor

Demitidos do FAS têm até 23/09 para entregar documentação que reabre processo de anistia

O Sindsep-DF realizou dia 8/09, no auditório Francisco Zóccoli, assembleia com os demitidos do Governo Collor que à época ocupavam Função de Assessoramento Superior (FAS) em órgãos do Executivo Federal. A reunião contou com a participação do advogado do sindicato Ulisses Borges, que explicou que a Comissão Especial Interministerial (CEI) só irá analisar os processos que têm a comprovação de que o servidor ocupava uma FAS. Por isso, solicitou a todos os presentes que juntem as provas necessárias para que sejam anexadas ao

processo, tais como carta da chefia, declaração reconhecida em cartório de um colega de trabalho, ou outro documento que ateste a ocupação.

Prazo exíguo

A diretora de Estudos Sócio Econômicos e Empresas Públicas do Sindsep-DF, Jô Queiroz, preocupada com a exiguidade do prazo para a entrega dos documentos, até 23/09, fez um apelo para que os demitidos avisem aos colegas que trabalhavam na mesma. A CEI deve analisar os requerimentos até o dia 30/09.



■ 8/08: assembleia dos demitidos do Governo Collor que ocupavam Função de Assessoramento Superior (FAS)

PDVistas

Mobilização no Congresso Nacional

O Sindsep-DF convida a todos os ex-servidores que aderiram ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) do Governo FHC para participar de mobilização no Congresso Nacional, de 12 a 15/09, pela aprovação dos Projetos de Lei (PLs) 4293/08 e 7546/10, que tratam do retorno ao serviço público. O movimento foi convocado pela Condsef e deve reunir PDVistas de todo o Brasil.

Ações vitoriosas têm pagamento disponível

O Sindsep-DF solicita aos servidores relacionados abaixo que entrem em contato com a Secretaria de Assuntos Jurídicos (telefones 3212-1900 ou 3212-1928) para agendar horário para recebimento de valores referente os processos vitoriosos (falar com a funcionária Rosa)

- Adelaide Marli Dorneles Martins (PR/IN) - Proc: 2000.34.00.043003-2 (GPS)
- Almiro Machado dos Santos (PR/IN) - Proc: 2006.34.00.900491-9 (PSS 1/3 férias)
- Ana Maria do Nascimento Paz (MRE-sede) - Proc: 2002.34.00.011593-0 (28,86%)
- Antonio Pereira de Moraes (Ibama-sede) - Proc: 2004.34.00.906874-0 (Auxílio-alimentação)
- Aroldo Joaquim Carneiro (PR/IN) - Proc: 2000.34.00.043009-9
- Elizabete Soares de Souza - Proc: 2004.34.00.906862-0 (Auxílio- Alimentação)
- Gil Walter Carvalho Pinheiro (PR/IN) - Proc: 2008.34.00.903712-6 (PSS 1/3 férias)
- Gilberto Sampaio da Silva (MRE-sede) - Proc: 2003.34.00.907655-1 (3,17%)
- Gutenberg Vieira Bustamante (PR/IN) - Proc: 2008.34.00.903823-4
- Helio Magalhães de Araújo (PR/IN) - Proc: 2000.34.00.043009-9
- Idelma de Alvarenga Pereira (FUNAI-sede) - Proc: 2003.34.00.701292-2 (3,17%)
- Inima Maria de Freitas (VI COMAR) - Proc: 2005.34.00.914666-1 (3,17%)
- João Monteiro Torres (MRE-sede) - Proc: 2002.34.00.011593-0 (28,86%)
- Jocelino Araújo do Carmo Filho (IBAMA-sede) - Proc: 2004.34.00.906031-3 (Auxílio-alimentação)
- Jorge Ricardo de Souza (MRE-sede) - Proc: 2002.34.00.011593-0 (28,86%)
- José Bezerra Filho (CINDACTA) - Proc: 2008.34.00.907144-4 (PSS 1/3 férias)
- José Pedro dos Santos (MF-sede) - Proc: 2006.34.00.916999-1 (GDATA)
- Jose Roberto Amaro de Araújo (MDIC-sede) - Proc: 2005.34.00.914678-1 (3,17%)
- Jose Soares Lourenço (PR/IN) - Proc: 2008.34.00.902556-7 (PSS 1/3 Férias)
- Jovino Jose da Silva (MTransporte-sede) - Proc: 2002.34.00.71335-6 (3,17%)
- Juscelina Fieis de Oliveira Silva (MF-sede) - Proc: 2008.34.00.903795-9 (PSS 1/3 férias)
- Laurinda Rezende Paiva (MF-sede) - Proc: 2004.34.00.018989-0 (PSS)
- Maria da Glória Rios Dias (MF-sede) - Proc: 2008.34.00.901834-9 (PSS 1/3 Férias)
- Maria das Graças Tavares de Oliveira (MF-sede) - Proc: 2008.34.00.907845-0 (PSS 1/3 férias)
- Maria de Fátima Araújo Santos (MPlanejamento-sede) - Proc: 2004.34.00.915589-3 (3,17%)
- Maria Fernandes Monte (HFA) - Proc: 2007.34.00.908604-0 (GDATA)
- Marilda dos Reis Magalhães (MMA-sede) - Proc: 2005.34.00.901906-5 (3,17%)
- Marli Santos Souza (MRE-sede) - Proc: 2002.34.00.011593-0 (28,86%)
- Marluce Alves Santana (MTransporte-sede) - Proc: 2004.34.00.921191-5 (GDATA)
- Milton Rodrigues de Carvalho (MTE-sede) - Proc: 2007.34.00.900624-8 (28,86%)
- Raimundo Fernandes Barbosa (Ibama-sede) - Proc: 2002.34.00.714613-0 (3,17%)
- Raimundo Rodrigues Filho (Ibama-sede) - Proc: 2004.34.00.906194-2 (Auxílio-alimentação)
- Regina de Cássia Marques Durado - Proc: 2008.34.00.902546-4 (PSS 1/3 férias)
- Rinaldo Rosa de Lima (FBN-sede) - Proc: 2006.34.00.900480-2 (Revisão de benefícios)
- Sebastião Pereira de Souza (Ibama-sede) - Proc: 2004.34.00.906202-2 (Auxílio-alimentação)
- Severino do Ramo Lima (MTransporte-sede) - Proc: 2005.34.00.913394-0 (GDATA)
- Silvério Mario Costa Oliveira (MPlanejamento-sede) - Proc: 2006.34.00.901366-8 (Auxílio-alimentação)
- Sirlei Mariano da Silva (PR/IN) - Proc: 2005.34.00.754149-8 (3,17%)
- Stella da Costa. (COMAEX-sede) - Proc: 2004.34.00.906191-1 (Auxílio-alimentação)
- Terezinha de Jesus Lima (MinC-sede) - Proc: 2007.34.00.908602-2 (GDATA/GDPGTAS)
- Vanda de Sousa Ramos (HFA) - Proc: 2008.34.00.907162-2 (PSS 1/3 férias)
- Wilson Dias Ribeiro (PR/IN) - Proc: 2000.34.00.044275-2 (GPS)
- Jose Francisco da Silva (Funasa) - Proc: 2003.34.00.029502-1 (Indenização de Campo)
- Amancio Jorge de Oliveira Neto (Funasa) - Proc: 2003.34.00.029502-1 (Indenização de Campo)
- Raimundo Rodrigues Gomes (Funasa) - Proc: 2003.34.00.029502-1 (Indenização de Campo)
- Jandira Maria dos Santos Figueiredo (Funasa) - Proc: 2003.34.00.029502-1 (Indenização de Campo)
- Sebastião Cardoso Anunciação (Funasa) (Indenização de Campo)
- Jose Floriano de Rezende (Mapa) - Proc: 20073400908810-1 (GDATA/GDPGTAS)
- Marlene de Lourdes Marques de Vasconcelos (FNDE) - Proc: 2007.34.00.911979-5 (GDATA)
- Adi Carlene da Silva Franklin (FUNAG-sede) - Proc: 2004.34.00.901384-9 (Auxílio-alimentação)
- Sebastião Gomes de Figueiredo (Integração) - Proc: 2008.34.00.904564-4 (PSS 1/3 férias)
- Mario Wilson Candian (MF-sede) - Proc: 2004.34.00.918623-0 (3,17%)
- Antonio da Silva - Proc: 2004.34.00.901567-8 (3,17%)
- Dilma Góes Guimarães (MRE-sede) Proc: 2002.34.00.714630-4 (3,17%)
- Gilmar Francisco de Oliveira - Proc: 2005.34.00.713927-1 (3,17%)
- Luzia Paes (MPS-sede) - Proc: 2002.34.00.713950-4 (3,17%)
- Maria das Graças Meira - Proc: 2002.34.00.712591-0 (3,17%)
- Maria de Lourdes de Carvalho - Proc: 2004.34.00.912060-3 (3,17%)
- Nea Neves da Silva (MF-sede) - Proc: 2003.34.00.907656-5 (3,17%)
- Ozair Marques de Sales - Proc: 2003.34.00.907657-9 (3,17%)